

LEI Nº 2.588, DE 07 DE ABRIL DE 2022.

Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo à empresa ARD INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.

JEFFERSON SCHUSTER, Prefeito Municipal de Barão, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo à empresa ARD INDÚSTRIA DE MÓVEIS, inscrita no CNPJ sob nº 09.453.155/0001-58, com sede Rua Buarque de Macedo, 4898, pavilhão 1, Centro, Barão/RS.

Art. 2º. O Incentivo consiste na doação de uma área de terras, localizada na Rua da Estação, perímetro urbano, neste Município, com 3.004,77m² (três mil e quatro metros e setenta e sete centímetros quadrados), que se encontra dentro de uma área maior constituída de 4.370,25m² (quatro mil trezentos e setenta metros e vinte e cinco centímetros quadrados), de propriedade do Município de Barão, conforme matrícula nº 17.054, Livro 2, do Cartório de Registros Públicos da Comarca de Carlos Barbosa/RS.

Parágrafo único. O imóvel objeto de doação tem as seguintes características e confrontações: uma área de terras localizada na zona urbana, sem benfeitorias, com área superficial de 3.004,77m² (três mil e quatro metros e setenta e sete centímetros quadrados), situada na cidade de Barão/RS, com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE, na extensão de 62,92 (sessenta e dois metros e noventa e dois decímetros) com a RUA DA ESTAÇÃO; ao SUL, na extensão de 55,41 (cinquenta e cinco metros e quarenta e um decímetros) com ÂNGELO RIVA, ao LESTE, na extensão de 53,00m (cinquenta e três metros) com áreas da VIAÇÃO FÉRREA, e, ao OESTE, na extensão de 43,78m (quarenta e três metros e setenta e oito decímetros) com áreas do MUNICÍPIO DE BARÃO.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE BARÃO GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º. O imóvel descrito no artigo anterior destina-se à construção de prédio para futuras instalações da empresa beneficiada.

Parágrafo Único: (VETADO)

- Art. 4°. O Incentivo será concedido, através de instrumento contratual, vinculado às seguintes condições:
- I a beneficiária deverá instalar a empresa, no terreno, e entrar em funcionamento no prazo máximo de 02 (dois) anos, a contar de assinatura do Contrato;
- II se não se efetivar o funcionamento da empresa no prazo estabelecido no item I do presente artigo, exceto por caso fortuito ou força maior, o imóvel deverá ser devolvido ao Município;
- III a beneficiada deverá permanecer em atividade no imóvel pelo prazo mínimo de 10 (anos) anos, a contar da data de início da atividade industrial;
- IV a empresa não poderá, no prazo previsto no item III deste artigo, transferir, alugar, terceirizar o imóvel, sem prévia e expressa autorização do Poder Público, sob pena de devolução do imóvel ou ressarcir o ente público por perdas e danos.
- V a empresa beneficiada compromete-se a agregar um faturamento mensal de no mínimo R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), num prazo de até 2 (dois) anos a contar da data da instalação no novo prédio, além do aumento gradual de empregos chegando ao número de 15 funcionários até o ano de 2026.
- Art. 5º. Previamente a assinatura do contrato, a empresa deverá apresentar a seguinte documentação:
 - a) Cadastro Geral de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Contrato Social ou Declaração de Firma Individual, com alterações posteriores;
 - c) Certidão Negativa da Fazenda Municipal;
 - d) Certidão Negativa da Fazenda Estadual;
 - e) Certidão Negativa da Fazenda Federal.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE BARÃO

MUNICÍPIO DE BARÃO GABINETE DO PREFEITO

Art. 7°. O Poder Executivo zelará pelo cumprimento desta Lei, estabelecendo os procedimentos de controle.

Art. 8°. Fica revogada a Lei nº 1.717, de 19 de dezembro de 2012.

Art. 9°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois.

Registrado e Publicado

Em 07/04/2022

Carlos Henrique Bourscheid

Matrícula nº 628

Secretário Municipal da Administração

JEFFERSON SCHUSTER BORN

Prefeito Municipal



MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE INCENTIVO PARA INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA

- 1) CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE BARÃO/RS, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua da Estação, 1085, Barão/RS, inscrito no CNPJ sob nº 91.693 325/0001-52, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Jefferson Schuster Born.
- 2) EMPRESA BENEFICIADA: ARD INDÚSTRIA DE MÓVEIS, inscrita no CNPJ sob nº 09.453.155/0001-58, com sede rua Buarque de Macedo, 4898, pavilhão 1, Centro, Barão/RS, representada neste ato por ..., brasileiro, estado civil, residente e domiciliado a rua, nº, bairro, Município de, inscrito no CPF sob nº
- 3) OBJETO: uma área de terras localizada na zona urbana, sem benfeitorias, com área superficial de 3.004,77m² (três mil e quatro metros e setenta e sete centímetros quadrados), situada na cidade de Barão/RS, com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE, na extensão de 62,92 (sessenta e dois metros e noventa e dois decímetros) com a RUA DA ESTAÇÃO; ao SUL, na extensão de 55,41 (cinquenta e cinco metros e quarenta e um decímetros) com ÂNGELO RIVA, ao LESTE, na extensão de 53,00m (cinquenta e três metros) com áreas da VIAÇÃO FÉRREA, e, ao OESTE, na extensão de 43,78m (quarenta e três metros e setenta e oito decímetros) com áreas do MUNICÍPIO DE BARÃO.

Pelo presente Contrato de Concessão de Incentivo, o CONCEDENTE supra referido e qualificado, na qualidade de legítimo proprietário do imóvel acima descrito e caracterizado, concede à EMPRESA BENEFICIADA, também referida e qualificada, incentivo para instalação de indústria, mediante termos, cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A finalidade da presente concessão constitui-se na construção de um prédio industrial para instalação da EMPRESA BENEFICIADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - A EMPRESA BENEFICIA deverá promover o uso do imóvel zelosamente, executando às suas custas todos os serviços de reparação e conservação que se fizerem necessários no imóvel.







CLÁUSULA TERCEIRA - As obrigações do presente ajuste terão validade pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da data de início das atividades industriais.

Parágrafo único - A EMPRESA BENEFICIADA não poderá, no prazo de cumprimento previsto na presente cláusula, transferir, alugar, terceirizar o imóvel, sem prévia e expressa autorização do CONCEDENTE.

CLÁUSULA QUARTA - Constituem condições a serem implementadas pela EMPRESA BENEFICIADA, durante o prazo de vigência do presente Termo:

- a) geração de empregos;
- b) início das atividades industriais, no prazo máximo de 2 (dois) anos, a contar da data de assinatura do presente Contrato;
- c) no período contratual, disponibilizar ao CONCEDENTE acesso ao imóvel e documentos inerentes à concessão, com finalidade de acompanhar, nos termos contratuais, os aspectos relativos ao cumprimento da concessão.
- d) a empresa beneficiada compromete-se a uma produção anual no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), no prazo de até 2 (dois) anos a contar da data da instalação da empresa no novo prédio, com geração de 15 empregos diretos até o ano de 2026.
- § 1º Se não ocorrer o início do funcionamento da empresa no prazo previsto na alínea "b" da presente cláusula, exceto por caso fortuito ou força maior, o imóvel reverterá ao Município, em prazo a ser fixado via notificação.
- § 2º Caso a EMPRESA BENEFICIADA não efetue a devolução do imóvel no prazo fixado pelo MUNICÍPIO, este tomará as medidas legais cabíveis, suportando a EMPRESA BENEFICIADA com os custos inerentes.
- CLÁUSULA QUINTA São motivos de rescisão do Termo de Concessão de Incentivo:
- a) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo;
- b) por ato unilateral, em caso de descumprimento ou cumprimento irregular, pela outra parte, de qualquer das obrigações previstas neste instrumento, com prévio aviso de no mínimo 90 (noventa) dias;







c) judicial, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. Em qualquer das hipóteses de rescisão, as benfeitorias realizadas pela EMPRESA BENEFICIADA serão a ele restituídas, desde que possível sua retirada no imóvel. As que não forem retiradas no prazo do prévio aviso, seja por impossibilidade ou por liberalidade da EMPRESA BENEFICIADA, reverterão para o patrimônio do CONCEDENTE, sem qualquer ônus a este.

CLÁUSULA SEXTA - Em caso de descumprimento das obrigações por parte da EMPRESA BENEFICIADA, sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

- a) advertência, por escrito, sempre que as metas não obedecerem às condições ora pactuadas;
- b) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do incentivo, no caso de inexecução total e 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida, em caso de descumprimento parcial;
- c) indenização, correspondente a devolução do valor total escriturado (valor do imóvel), acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA-E, no caso de fechamento do estabelecimento industrial, no prazo dos 10 (dez) anos, contados da data de assinatura da escritura pública.

CLÁUSULA SÉTIMA - A EMPRESA BENEFICIADA responderá por todos os encargos incidentes sobre o imóvel, a contar da assinatura do presente termo.

CLÁUSULA OITAVA - As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Carlos Barbosa/RS, para dirimir eventuais litígios decorrentes da aplicação deste contrato, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas legais instrumentárias.

| Barão, de | de 20 |
|-----------|-------|
|-----------|-------|

Jefferson Schuster Born Prefeito Municipal ARD Indústria de Móveis Representante Legal

yo al